



Ministério da Saúde
Gabinete do Ministro
Assessoria Parlamentar

OFÍCIO Nº 4547/2021/ASPAR/GM/MS

Brasília, 12 de julho de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
IRAJÁ SILVESTRE FILHO
Senador
Primeiro-Secretário da Mesa Diretora
Senado Federal

Assunto: **Requerimento de Informação nº 1706/2020 - Esclarecimentos sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos.**

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao **Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 368/2021**, referente ao **Requerimento de Informação nº 1706, de 08 de julho de 2021**, encaminho as informações prestadas pelo corpo técnico deste Ministério.

Atenciosamente,

MARCELO QUEIROGA
Ministro de Estado da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga Lopes, Ministro de Estado da Saúde**, em 13/07/2021, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0021598957** e o código CRC **385D6DBE**.



Ministério da Saúde
Gabinete do Ministro
Assessoria Parlamentar

DESPACHO

ASPAR/GM/MS

Brasília, 12 de julho de 2021.

Ao Gabinete do Ministro

Assunto: **Requerimento de Informação nº 1706/2020 - Esclarecimentos sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos.**

1. Trata-se do **Requerimento de Informação nº 1706/2020** (0016118647), de autoria do Senador Humberto Costa, por meio do qual são solicitadas, ao Ministro de Estado da Saúde, informações **sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos.**
2. Em resposta, encaminhem-se, para ciência e atendimento à solicitação da Primeira Secretaria do Senado Federal (0021598258), o **Despacho SAPS/GAB/SAPS/MS** (0016604816), a **Nota Técnica nº 16/2020-DAPES/SEAD/DAPES/SAPS/MS** (0016595418), os **anexos Hospitais de Referência no Brasil 2019/2020** (0016356128), **Procedimentos de Aborto** (0016356131), elaborados pela Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS/MS.

PAULO TIAGO ALMEIDA MIRANDA
Chefe da Assessoria Parlamentar, substituto



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Tiago Almeida Miranda, Chefe da Assessoria Parlamentar substituto(a)**, em 12/07/2021, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0021598293** e o código CRC **BA272944**.

Referência: Processo nº 25000.111193/2020-14

SEI nº 0021598293



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Gabinete

DESPACHO

SAPS/GAB/SAPS/MS

Brasília, 09 de setembro de 2020.

Assunto: Informações sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos.

Interessado: Senador Humberto Costa.

Referência: Requerimento de Informação nº 1706/2020 (0016118647).

Ciente. De acordo. **Encaminhe-se à Assessoria Parlamentar – ASPAR**, a Nota Informativa Nº 16/2020-DAPES/SEAD/DAPES/SAPS/MS (0016595418), oriundo do **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas - DAPES**, para conhecimento e demais providências.

Atenciosamente,

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

Secretário de Atenção Primária à Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Raphael Camara Medeiros Parente, Secretário(a) de Atenção Primária à Saúde**, em 09/09/2020, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0016604816** e o código CRC **9D07CFC2**.



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Departamento de Ações Programáticas Estratégicas
Serviço de Apoio Administrativo

NOTA INFORMATIVA Nº 16/2020-DAPES/SEAD/DAPES/SAPS/MS

Trata-se de resposta ao Requerimento nº 1706, de 2020, inserido no SEI/MS nº 25000.111193/2020-14, proveniente do Senado Federal, Gabinete do Senador Humberto Costa que nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicita informações sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos.

1. O Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (DAPES/SAPS/MS), acolhe e reconhece a contribuição dos parlamentares, ressalta que é sensível aos movimentos da sociedade, e às defesas por seus representantes conduzidas, defende o direito das mulheres pelo fortalecimento da Atenção Primária à Saúde, que visa disseminar em território nacional as práticas voltadas ao cuidado centrado na pessoa e na humanização da assistência, sendo esse Departamento voltado para indução das Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde no Ciclo de Vida e Saúde Mental, tendo como missão coordenar a formulação, articular e induzir políticas de saúde nos Ciclos de Vida e Saúde Mental, orientadas para a população brasileira.

2. Atendendo aos signatários do referido requerimento, o qual solicita informações sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos o Departamento de Ações Programáticas Estratégicas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde do Ministério da Saúde (DAPES/SAPS/MS), por meio da Coordenação de Saúde das Mulheres componente da Coordenação Geral de Ciclos de Vida (COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS), responde conforme segue:

2.1. *enumeração dos itens ou conceitos mencionados na Nota Técnica nº 16/2020-COSMU/CGCIVI/DAPES/SAPS/MS que não condizem com as orientações técnicas do Ministério da Saúde; conclusões a que chegou o Ministério da Saúde a partir de medidas administrativas que foram adotadas para identificar a falha processual e os responsáveis pela elaboração e divulgação não autorizada da supramencionada Nota Técnica;*

Por tratarem do mesmo assunto os questionamentos 1 e 2 serão respondidos nesse item.

Preliminarmente cabe esclarecer que o documento intitulado Nota Técnica 16/2020, divulgado, encontrava-se em discussão no âmbito do Ministério da Saúde e foi indevidamente veiculado sem a conclusão do debate e a aprovação da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS), secretária a qual o Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (DAPES/SAPS/MS) é subordinado, tomando a referida minuta de nota técnica sem legitimidade e cancelada no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), o que inviabiliza a utilização do seu conteúdo, vale destacar que todas as medidas de cunho administrativas no exercício da competência discricionária foram tomadas referentes a indevida vinculação do documento ao Ministério da Saúde.

2.2. *orientações técnicas do Ministério da Saúde, encaminhadas a hospitais e postos de saúde, para o uso de contraceptivos e para a oferta de aborto legal;*

As orientações técnicas elaboradas pelo Ministério da Saúde relacionadas às temáticas do planejamento familiar e a interrupção da gravidez mediante exclutiva de ilicitude, facultado em três situações: (1) gravidez decorrente de violência sexual, (2) quando oferece risco de vida à mulher (Decreto-Lei 2.848/1940), ou (3) quando o feto sofre de anencefalia (baseada na decisão do STF de 2012), para fins de qualificação do processo de trabalhos das equipes de saúde da Atenção Primária à Saúde e da Atenção Especializada/Hospitalar estão disponíveis nos documentos norteadores abaixo:

- Protocolo de Atenção Básica: Saúde das Mulheres (2016) - Parte 3, disponibiliza fluxogramas e quadros com orientações detalhadas para as equipes de atenção primária que assistem mulheres e seus parceiros na atenção ao planejamento reprodutivo, disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_atencao_basica_saude_mulheres.pdf
- Caderno de Atenção Básica nº 32 – Pré-Natal de Baixo Risco no "Capítulo 2 Avaliação Pré-concepcional", disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf
- Norma Técnica: Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica (2011) - Trata sobre os aspectos ético-profissionais e jurídicos. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento_norma_tecnica_2ed.pdf

2.3. *enumeração das medidas adotadas pelo Ministério da Saúde para que, desde 11 de março de 2020, data da declaração de pandemia da Covid-19, as mulheres tenham assegurada oferta suficiente de métodos contraceptivos, de aconselhamento e de aborto legal;*

O Ministério da Saúde (MS) tem realizado diversas ações para garantir o acesso às ações e serviços de saúde com o objetivo de atender a agenda de sexualidade responsável e planejamento familiar, tais como:

- Aquisição e distribuição de 09 métodos contraceptivos para os Estados (Os estados realizam a dispensação para os municípios);
- Realização do monitoramento do estoque dos métodos contraceptivos, o que permite inclusive a execução do remanejamento de métodos entre os estados;
- Apoio junto aos estados e municípios quanto aos processos de divulgação e disponibilização dos métodos a todas as mulheres em idade fértil nas Unidades Básicas de Saúde do país;

Execução da estratégia "Agenda Mais Acesso" que corresponde a implementação de dez metas de ampliação de acesso aos temas ligados à sexualidade responsável e planejamento familiar em 122 municípios, por meio do Edital de Chamamento Público que totalizou um montante de recursos financeiros em torno de R\$ 13.550.000,00;

- Revisão de protocolos e recomendações para atenção básica e hospitalares;
- Planejamento da compra do insumo para Aspiração Manual Intrauterina;

- Planejamento da aquisição centralizada de Misoprostol;
- Ampliação da oferta do DIU de cobre pós-parto, por meio da implementação de ações de capacitação realizadas junto aos hospitais universitários.

2.4. quantidade de mulheres atendidas, a cada mês, de janeiro de 2019 a julho de 2020, para os seguintes serviços pela rede pública de saúde: (i) aconselhamento com vistas à contracepção, (ii) oferta de métodos contraceptivos, (iii) realização de aborto legal;

(i) Número de atendimentos de mulheres por anticoncepção (CID 10 Z30) na atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde – SUS por mês e ano de atendimento. Brasil, de janeiro de 2019 a junho de 2020 (Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB, data da extração: 19Ago2020)

Ano/Mês	Atendimentos
2019/Jan	35.304
2019/Fev	38.593
2019/Mar	30.708
2019/Abr	36.686
2019/Mai	41.362
2019/Jun	35.441
2019/Jul	43.266
2019/Ago	46.842
2019/Set	44.386
2019/Out	48.935
2019/Nov	40.979
2019/Dez	31.283
2020/Jan	39.389
2020/Fev	37.516
2020/Mar	33.538
2020/Abr	18.652
2020/Mai	27.548
2020/Jun	35.239
2020/Jul	36.942

(ii) Informação sob responsabilidade da Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – DAF/SCTIE/MS. Sugerimos o encaminhamento ao DAF/SCTIE/MS, para complementar informação.

(iii) Número de procedimentos de aborto com excludente de ilicitude, de hospitais que realizam os procedimentos de interrupção de gravidez e a razão entre eles por unidade da federação - UF. Brasil, de janeiro de 2019 a junho de 2020. (Fonte: Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS, data da extração: 19Ago2020 - Dados preliminares em 2019 e 2020.

UF	Procedimentos de interrupção da gravidez com excludente de ilicitude (Jan2019-Jun2020)	Hospitais que realizam abortos com excludente de ilicitude (Jan2019-Jun2020)	Razão entre procedimentos e hospitais
AC	7	2	3,50
AL	5	4	1,25
AM	92	8	11,50
AP	1	1	1,00
BA	133	20	6,65
CE	74	11	6,73
DF	28	9	3,11
ES	22	5	4,40
GO	27	8	3,38
MA	19	6	3,17
MG	192	32	6,00
MS	15	3	5,00
MT	12	4	3,00
PA	98	17	5,76
PB	30	4	7,50
PE	173	10	17,30
PI	282	7	40,29
PR	49	12	4,08
RJ	390	25	15,60
RN	23	4	5,75
RO	9	2	4,50
RR	26	1	26,00
RS	120	22	5,45
SC	144	21	6,86

SE	3	2	1,50
SP	706	59	11,97
TO	19	3	6,33
BRASIL	2699	302	8,94

2.5. *quantidade, a cada mês, de janeiro de 2019 a julho de 2020, do número de hospitais de referência na oferta do serviço de aborto legal no Brasil;*

Segue anexo (0016356128), em formato de planilha excel, as informações solicitadas.

2.6. *razão matemática, a cada unidade da federação, entre a demanda local por abortos legais e a quantidade de hospitais que realizam localmente o serviço;*

Segue anexo (0016356131), em formato de planilha excel, as informações solicitadas.

2.7. *enumeração das unidades da federação nas quais não se encontra hospital que realize aborto legal;*

Todos as UF tem estabelecimentos que realizam aborto com excludente de ilicitude conforme Decreto-Lei nº 2.848/1940: (1) gravidez decorrente de violência sexual, (2) quando oferece risco de vida à mulher e baseado na decisão do STF de 2012: (3) quando o feto sofre de anencefalia.

2.8. *à luz da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas, enumeração das políticas e das ações do Ministério da Saúde para promover e garantir, até 2030, os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil;*

Diante dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030, cabe destacar as metas que apresentam a relação com a garantia dos temas ligados à sexualidade responsável e planejamento familiar, sendo estas:

- **3.7** Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços com temática ligada à sexualidade responsável e planejamento familiar, informação e educação.
- **5.6** Assegurar o acesso universal aos serviços com temática ligada à sexualidade responsável e planejamento familiar, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.

Neste sentido, o Ministério da Saúde, por meio da Coordenação da Saúde Mulheres/CGCVI/DAPE/SAPS/MS, desenvolveu estratégias para o alcance das metas acima atreladas, com a priorização das seguintes ações:

- Capacitação de gestores e trabalhadores de saúde da Atenção Primária à Saúde e da Atenção Especializada, visando a qualificação com foco nos serviços ligados à sexualidade responsável e planejamento familiar;
- Apoio a elaboração e execução de 27 Planos de Ação para qualificação das ações de planejamento familiar, de forma articulada entre Atenção Primária à Saúde e da Atenção Especializada, com mecanismos/dispositivos de acompanhamento;
- Incentivo financeiro às Secretarias Municipais de Saúde por meio de Chamada Pública para apoiar ações em sexualidade responsável e planejamento familiar;
- Estabelecer estratégias de monitoramento e avaliação das ações em sexualidade responsável e planejamento familiar;
- Programação ascendente realizada anual para aquisição e dispensação de métodos contraceptivos;
- Aprimoramento e fortalecimento das ações da Rede Cegonha no que tange ao componente de atenção ao parto e puerpério.

cronograma do Ministério da Saúde para a oferta plena de direitos sexuais e reprodutivos às mulheres até 2030; e

A Coordenação de Saúde das Mulheres componente da Coordenação Geral de Ciclos de Vida do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (COSMU/CGCVI/DAPE/SAPS/MS), não possui cronogramas para oferta plena de ações ligadas a sexualidade responsável e planejamento familiar, até o ano de 2030, tendo vistas que as ações desenvolvidas e acima citadas, são monitoradas e avaliadas anualmente.

2.9. *enumeração de todas as medidas tomadas pelo Ministério da Saúde, de janeiro de 2019 a julho de 2020, que digam respeito aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher – quer no que toca à sua expansão, quer à sua restrição.*

O Ministério da Saúde tem realizado diversas ações no período de janeiro de 2019 a julho de 2020, tais como:

- Aquisição e distribuição, em 2019, de medicamentos para os Estados (os estados realizam a dispensação para os municípios);
- Apoio junto aos estados e municípios quanto aos processos de divulgação e disponibilização dos métodos a todas as mulheres em idade fértil nas Unidades Básicas de Saúde do país;
- Execução da estratégia "Agenda Mais Acesso" que corresponde a implementação de dez metas de ampliação de acesso aos temas ligados a sexualidade responsável e planejamento familiar em 122 municípios, por meio do Edital de Chamamento Público, totalizou um repasse de recursos financeiro em torno de R\$ 13.550.000,00;
- Planejamento, em 2020, da compra do insumo para Aspiração Manual Intrauterina (AMIU);
- Planejamento, em 2020, da aquisição centralizada de Misoprostol;
- Ampliação da oferta do DIU de cobre pós-parto, por meio da implementação de ações de capacitação realizadas junto aos 95 hospitais de ensino;
- Oferta de Curso EaD, em parceria com a UFSC e UFMG, para capacitação dos profissionais na atenção às pessoas em situação de violências;
- Oferta de Curso de capacitação EaD de Atenção Integral à Saúde das Mulheres, em parceria com a UFSC com oferta inicial de 3500 vagas para os profissionais do SUS;
- Realização de "Encontros com Especialistas" por meio de web conferências em que profissionais dos serviços e de referência na atenção às mulheres dialogam com as equipes da atenção primária e especializada acerca da

implementação dos protocolos clínicos e diretrizes assistenciais para a melhoria do cuidado a essa população. Estas discussões estão disponíveis no Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/#2295>

A política do planejamento familiar vem sendo desenvolvida pelo Ministério da Saúde em parceria com estados, municípios e sociedade civil organizada, no âmbito da atenção integral à saúde da mulher, do homem e dos (as) adolescentes, enfatizando-se a importância de juntamente com as ações de planejamento familiar promover-se a prevenção do HIV/Aids e das outras infecções sexualmente transmissíveis.

Vale ainda destacar que o Ministério da Saúde disponibiliza anualmente os métodos contraceptivos incluídos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) aos Estados e Municípios, de acordo com a programação ascendente, sendo:

Denominação genérica	Concentração/composição	Forma farmacêutica/descrição
Acetato de medroxiprogesterona	150 mg/mL	Suspensão injetável
Diafragma	-	60 mm de diâmetro
		65 mm de diâmetro
		70 mm de diâmetro
		75 mm de diâmetro
		80 mm de diâmetro
		85 mm de diâmetro
Dispositivo intrauterino plástico com cobre	-	Modelo T 380 mm2
Enantato de noretisterona + valerato de estradiol	50 mg/mL + 5 mg/mL	Solução injetável
Etinilestradiol + levonorgestrel	0,03 mg + 0,15 mg	Comprimido ou drágea
Levonorgestrel	0,75 mg	Comprimido
	1,5 mg	Comprimido
Noretisterona	0,35 mg	Comprimido
Preservativo feminino	-	Até 20 cm
Preservativo masculino	-	160 mm x 49 mm
		160 mm x 52 mm

3. Para além, o Sistema Único de Saúde - SUS, disponibiliza os procedimentos vasectomia parcial ou completa e laqueadura tubária, conforme disposto na Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar. Para realizar o procedimento de esterilização cirúrgica, as instituições devem atender aos critérios definidos na Portaria SAS/MS nº 48, de 11 de fevereiro de 1999.

4. Isto posto, o Ministério da Saúde é o órgão do Poder Executivo Federal responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde dos brasileiros, tendo como função dispor de condições para a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, dando, assim, mais qualidade de vida ao brasileiro.

5. Como um indutor de políticas públicas que estão diretamente associadas às questões políticas e governamentais que mediam a relação entre Estado e sociedade, **o Ministério da Saúde entende que o direito à saúde é indissociável do direito à vida**, sendo o Sistema Único de Saúde um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento até situações de extrema complexidade garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

6. Sem mais para o momento nos colocamos à disposição para demais informações que julgarem necessárias.

7. Encaminhe-se ao **GAB/SAPS/MS**, com vistas à **ASPAR/MS**, para o devido prosseguimento do feito.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Rodrigues Braga Neto**, **Diretor(a) do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**, em 08/09/2020, às 19:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015**; e art. 8º, da **Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://se.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0016595418** e o código CRC **EE97A157**.

Brasília, 08 de setembro de 2020.

Referência: Processo nº 25000.111193/2020-14

SEI nº 0016595418

Serviço de Apoio Administrativo - SEAD/DAPES
Espanhada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br

Data de Envio:

14/07/2021 11:58:46

De:

MS/Assessoria Parlamentar <asparlegislativo@saude.gov.br>

Para:

apoiomesa@senado.leg.br

Assunto:

Requerimento de Informação nº 1706/2020 - Esclarecimentos sobre o paradigma dos direitos sexuais e reprodutivos.

Mensagem:

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 368/2021, referente ao Requerimento de Informação nº 1706, de 08 de julho de 2021, encaminho as informações prestadas pelo corpo técnico deste Ministério.

Informamos que o processo tramitou com o NUP 25000.111193/2021-14
Aguardamos a confirmação do recebimento deste e-mail e seus anexos.

Respeitosamente,

Assessoria Parlamentar
Gabinete do Ministro
Ministério da Saúde
Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Ed. Sede, 4º andar
Brasília-DF/CEP: 70.058-900
asparlegislativo@saude.gov.br

Anexos:

SEI_25000.111193_2020_14.pdf
ANEXO PROCEDIMENTOS DE ABORTO 14.07.pdf
ANEXO HOSPITAIS DE REFERENCIA 2019.2020.pdf
Oficio_0021598957.html
Despacho_0021598293.html
Despacho_0016604816.html
Nota_Informativa_0016595418.html